



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FL.
229

Rubrica

PARECER MPC Nº 13545/2014

Processo nº	772-02.00/13-7
Relator:	CONSELHEIRO ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO
Matéria:	CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2013
Órgão:	EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVO MACHADO
Responsável:	AIRTON JOSÉ MORAES (PREFEITO)

PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO. MULTA. ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PARECER FAVORÁVEL (PREFEITO). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A conduta infringente de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e o não envio ou o envio intempestivo de alguns dos documentos (atas de encerramento de inventários de bens patrimoniais) exigidos pelo artigo 113 do Regimento Interno deste Tribunal sujeitam o Gestor (Prefeito) à imposição de multa, contudo, não impedem a emissão de parecer pelo atendimento à LRF e favorável às contas do Administrador.

Para exame e parecer o Processo de Contas do Administrador acima nominado.

Registre-se que o Senhor AIRTON JOSÉ MORAES (Prefeito) prestou esclarecimentos acompanhados da documentação tida como probante.

A Supervisão registrou a ausência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade do Administrador no exercício sob exame¹.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

¹ Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 10-09-2014.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1. As irregularidades a seguir, indicadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a normas de finanças públicas e de controle dos orçamentos e balanços, ensejando a imposição de **multa** ao Administrador, o Senhor **Airton José Moraes**:

DA GESTÃO FISCAL

Da Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício

2.2 – As audiências públicas, do 1º quadrimestre/2013 e do 2º quadrimestre/2013, foram realizadas com atraso de 55 dias e 51 dias, respectivamente, infringindo o § 4º do art. 9º da LC Federal nº 101/2000 (fl. 148).

O SIM I sugere o afastamento ao aponte, por considerar os atestados apresentados pelo Administrador (fls. 219 e 220) aptos a comprovar a realização das audiências dentro dos prazos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conclusão a qual anui este *Parquet*.

Opina-se, destarte, pelo afastamento do aponte.

2.3 – Lei da Transparência, não atendimento do art. 48, parágrafo único e art. 48-A, ambos da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009 (fl. 148).

Considerando que o não cumprimento das determinações contidas no artigo 48, parágrafo único, e artigo 48-A, ambos, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 viola os princípios da publicidade e da transparência, essenciais ao controle social dos gastos públicos, o Ministério Público de Contas se **manifesta pela manutenção** do aponte e propugna pela aplicação de **penalidade pecuniária** ao Administrador.

DO RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.1.1 – Não foi enviada a cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, exigida pelo art. 113 do RITCE, regulamentado pela Resolução TCE nº 962/2012 (fl. 210).

Inicialmente, trata-se de **falha reiterada**, pois também no Processo de Contas de Governo nº 04878-02.00/12-2, exercício de 2012, apontou-se inconformidade alusiva ao dever de o Administrador remeter a este Tribunal de Contas as cópias das atas de encerramento dos inventários de bens e valores que, de forma prévia e regulamentar, são exigidas.

Este *Parquet*, portanto, manifesta-se pela **manutenção do apontamento** e propugna pela aplicação de **multa**, pois o envio intempestivo do documento em tela viola o artigo 2º, *caput*, da Resolução nº 962/2012, combinado com o artigo 113 do Regimento Interno desta Corte.

II – CONCLUSÃO

2. O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações capazes de levar à imposição de multa, não compromete gravemente as contas de governo.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Multa** ao Senhor **Airton José Moraes**, por infringência a normas de finanças públicas e de controle dos orçamentos e balanços, com fundamento nos artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 132 do RITCE.

2º) **Pelo atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

3º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do Senhor **Airton José Moraes** (Prefeito), Administrador do Executivo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Municipal de **NOVO MACHADO**, no exercício de **2013**, com fundamento no artigo 5º da Resolução nº 414/1992.

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 30 de outubro de 2014.

FERNANDA ISMAEL,
Adjunta de Procurador.